

BRASIL EM TELA: O CINEMA NACIONAL COMO RECURSO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO PARA O ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA MINORIAS SOCIAIS

BRAZIL ON SCREEN: NATIONAL CINEMA AS A DIDACTIC-PEDAGOGICAL RESOURCE TO CONFRONT VIOLENCE AGAINST SOCIAL MINORITIES

Sheyla Suely de Souza Silva^{1*}, Alcione Ferreira da Silva², Sandra Amélia Sampaio Silveira³, Geovanna Guedes Aguiar⁴, Micaela Nogueira da Silva⁵, Ruth Ferreira Conserva Andrade⁶, Samara Raquel da Silva Costa⁶, Maria Noalda Ramalho⁷, Leiliane de Santana Bezerra⁸

1 Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba e pesquisadora do Grupo de Estudos, Pesquisas e Assessoria em Políticas Sociais (GEAPS/UEPB).

2 Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba e Pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI).

3 Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba e Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em Política de Saúde e Serviço Social (NUPEPS).

4 Estudante da Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba e bolsista de extensão do Brasil em Tela.

5 Bacharel em Jornalismo pela Universidade Estadual da Paraíba. Colaboradora externa e ex-bolsista de extensão do Brasil em Tela.

6 Assistente Social. Discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba e pesquisadora do Grupo de Estudos, Pesquisas e Assessoria em Políticas Sociais (GEAPS/UEPB).

7 Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ. Assistente Social da Prefeitura Municipal de Campina Grande (PB), na área de Educação.

8 Assistente Social pela Universidade Estadual da Paraíba.

RESUMO: O presente artigo resulta de uma pesquisa participante, cujo objetivo foi analisar as potencialidades do recurso ao cinema, como ferramenta didático-pedagógica de mobilização de estudantes secundaristas para a discussão e o enfrentamento das violências contra minorias sociais no Brasil. Referenciado no materialismo histórico dialético, o estudo pautou-se em pesquisa bibliográfica e documental e na observação participante. Os resultados evidenciam que o recurso ao cinema favoreceu a apreensão crítica dessas violências; contribuiu para o desenvolvimento da redação do Exame Nacional do Ensino Médio de 2023 e 2024; estimulou o acesso ao Ensino Superior e proporcionou uma vívida articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão Universitária. Ensino, Pesquisa e Extensão. Projeto Brasil em Tela. Ensino Médio. Pesquisa Participante.

ABSTRACT: This article is the result of a participatory research, whose objective was to analyze the potential of the use of cinema as a didactic-pedagogical tool for mobilizing high school students to discuss and confront violence against social minorities in Brazil. Referenced in dialectical historical materialism, the study was based on bibliographic and documentary research and participant observation. The results show that the use of cinema favored the critical apprehension of these violences; contributed to the development of the writing of the 2023 and 2024 National High School Exam; it stimulated access to Higher Education and provided a vivid articulation between teaching, research and extension.

KEYWORDS: University Extension. Teaching, Research and Extension. Brazil on Screen Project. Middle school. Participant Research.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é um país marcado por profundas desigualdades estruturais, com desdobramentos em diversas formas de violência contra as minorias sociais, em decorrência da sua inserção no capitalismo, de forma periférica e dependente, subjugado aos interesses do capital internacional, ao longo de toda sua formação socio-histórica. Esta realidade nos desafia a entendê-la criticamente, enquanto totalidade social, que articula diferentes relações sociais de produção e reprodução, voltadas a atender aos interesses externos e das elites internas, através da exploração, expropriação, apagamento cultural, miséria, opressão e, por vezes, o extermínio étnico-racial, de gênero, de orientação sexual e de classe social.

Nessa direção, faz-se necessário desenvolver ações voltadas não só ao entendimento das violências contra as minorias sociais, mas também ao desenvolvimento de estratégias que contribuam para a desconstrução de visões de mundo, valores, padrões comportamentais e a ruptura com estruturas que corroboram com a reprodução dessas violências.

Assim, o presente artigo aborda os resultados de uma pesquisa participante, realizada no âmbito do Pibic/Uepb 2023-2024, que teve por objetivo analisar as potencialidades do recurso ao cinema pelo projeto de extensão Brasil em Tela, como ferramenta didático-pedagógica de mobilização de estudantes secundaristas para a discussão e o enfrentamento das violências contra minorias sociais. É importante destacar, que o referido projeto de extensão destinou-se a estudantes do segundo e terceiro anos do Ensino Médio de escolas públicas estaduais de Campina Grande, mas envolveu também estudantes extensionistas da Universidade Estadual da Paraíba, vinculados à graduação e pós-graduação em Serviço Social, e das graduações em Jornalismo e História¹, possibilitando a articulação entre pesquisa, ensino e extensão, como possibilidade de uma melhor apropriação das mediações constitutivas da realidade em seu movimento histórico.

A utilização do cinema como recurso didático-pedagógico foi uma escolha que levou em consideração a dificuldade das classes trabalhadoras - das quais tais estudantes decorrem - acessarem o aporte do cinema, especialmente do cinema nacional, por motivos econômicos, políticos, culturais, regionais e por falta de incentivo governamental, especialmente na Região do Nordeste (ANCINE, 2016; 2020). Ao mesmo tempo, o que é acessível para este público são as produções com fins mercadológicos e baixa densidade teórico-crítica, bem como vídeos, de curta duração, que circulam nas redes sociais, possibilitados pelos recentes avanços nas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), muitas vezes eivados de *fake news*, contribuindo não só para o empobrecimento cultural desses jovens, mas também para sua manipulação política, estimulando-os à discriminação, aos preconceitos e ao consentimento à expropriação de seus direitos.

A escolha do “Brasil em Tela” pelo recurso ao cinema também se deve ao entendimento de que a arte é uma forma de ilustrar a realidade, podendo contribuir para uma reflexão crítica sobre ela, estimulando o/a espectador/a a identificar e ou problematizar o que está posto, fomentando uma autoidentificação e a construção da opinião própria (Freitas; Coutinho, 2013; Pacheco, 2016).

Inicialmente, o artigo apresenta a Metodologia adotada, pautada no materialismo histórico-dialético e no recurso à pesquisa bibliográfica, à análise documental e à observação participante nas ações de extensão do Projeto Brasil em Tela; em seguida, nos Resultados e Discussões, abordamos os fundamentos das violências às minorias sociais no contexto

¹ Estudantes de História foram inseridos na cota 2024-2025 do Programa de Bolsas de Extensão da Universidade Estadual da Paraíba (PROBEX/UEPB).

brasileiro, desde a colonização até as suas reproduções na contemporaneidade, situando as determinações socio-históricas, vinculadas ao movimento do capital, bem como analisamos a experiência do Brasil em Tela. Por fim, nas Considerações Gerais, trazemos algumas sínteses conclusivas sobre o tema, principais resultados e as contribuições da articulação ensino-pesquisa-extensão para os sujeitos envolvidos no referido Projeto.

2. METODOLOGIA

Nossa pesquisa pautou-se no materialismo histórico-dialético e suas categorias centrais de totalidade, historicidade e dialética; assim, para entender a proposta e analisar os resultados do projeto de extensão Brasil em Tela, fez-se necessário proceder a uma pesquisa bibliográfica e análise documental, que melhor nos aproximasse dos conteúdos teórico-conceituais e socio-históricos das violências contra as minorias sociais no Brasil, desde o período da colonização até a conjuntura ultraneoliberal do capital, com ênfase no recente governo Bolsonaro, cujas inflexões e incentivos às violências constituíram-se na motivação central da propositura do referido Projeto.

A pesquisa bibliográfica sobre o percurso das violências às minorias sociais no Brasil capturou seus fundamentos, na fase da acumulação primitiva do capital, por meio da colonização e da exploração e opressão do trabalho, fundando os fenômenos do racismo, machismo, misoginia, etnocídio, capacitismo etc.; bem como nos aproximou do fenômeno do neoliberalismo, em suas fases ortodoxa, social-liberal e ultraneoliberal e das inflexões dessas fases sobre tais violências.

A análise documental, especialmente, de anuários nacionais relativos aos indicadores de violência e de segurança pública, permitiu-nos a apropriação de dados dessas violências contra as minorias sociais, durante o período ultraneoliberal do Governo Bolsonaro; já a documentação produzida pela própria equipe do Brasil em Tela, como seus projetos, listas de frequência, registros fotográficos, relatórios etc., permitiram-nos conhecer e analisar a proposta, a execução e os resultados dessa experiência de extensão, como principal fonte de dados sobre o nosso objeto de estudo, aliada à observação participante nas atividades do Projeto.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nas pesquisas bibliográfica, documental e participante realizadas, este item se organiza a partir de quatro subitens – Acumulação primitiva e colonização: fundamentos do racismo, do machismo e da LGBTfobia no Brasil; A produção capitalista e os fundamentos do capacitismo; O neoliberalismo no Brasil e suas inflexões sobre os trabalhadores e as minorias sociais; Ultraneoliberalismo, neoconservadorismo e neofascismo em Bolsonaro: a generalização das violências contra as minorias sociais – que analisam a problemática das violências contra as minorias sociais no Brasil em perspectiva histórica e de totalidade, evidenciando o seu recrudescimento na fase ultraneoliberal, e um quinto item – Projeto “Brasil em Tela”: a extensão através do recurso ao cinema nacional – que, recorrendo, marcadamente, à análise documental e dados da observação participante, enfatiza a experiência do Brasil em Tela e analisa os seus principais resultados.

3.1 Acumulação primitiva e colonização: fundamentos do racismo, do machismo e da lgbtfobia no Brasil

A formação social brasileira é marcada pelas múltiplas determinações da colonização, nas quais encontramos os fundamentos das opressões contra grupos humanos que não correspondam ao colonizador: branco, europeu, cristão e masculino. Os colonizadores impunham aos/às colonizados/as, não apenas o trabalho forçado, compulsório; os impostos e o furto, mas, também, a intimidação, o estupro, o aviltamento etc. Neste sentido, as populações originárias foram “esvaziadas de si mesmas”, tendo suas culturas, religiões, instituições e potencialidades destruídas, enquanto suas terras eram confiscadas e suas economias desorganizadas, para beneficiarem as metrópoles (Césaire, 2020).

A desumanização dos povos colonizados se constituiu na base da expropriação máxima de riqueza remetida à metrópole e convertida em acumulação primitiva. Assim, o colonizador promoveu a miséria humana, para transformar seus frutos em capital; nos termos de Marx (1984), “o tesouro apesado fora da Europa diretamente por pilhagem, escravização e assassinato refluía à metrópole e transformava-se em capital” (Marx, 1984, p. 372).

Nesse processo, as populações indígenas e africanas integraram a produção de riqueza, como mão de obra escravizada. Moura (2014) evidencia que, apenas com a escravidão colonial, através da exploração econômica e extraeconômica desses/as trabalhadores/as e do recurso à coerção, a colonização poderia se objetivar como sistema lucrativo, que supriu, a baixo custo, os mercados metropolitanos de “açúcar, fumo, cacau, algodão e outros produtos, além de metais preciosos” (Moura, 2014, p. 40-41).

Também a questão de gênero foi marcada pela extrema violência, visto que a organização societária se pautava no patriarcado. Federici (2017) aponta que a opressão das mulheres foi aprofundada na acumulação primitiva, através do controle de seus corpos, regulando a procriação, visto que a Europa impunha uma ideologia de centralidade do trabalho, mas vivenciava uma queda dos índices populacionais. Daí é que emerge “o início do registro demográfico e da intervenção do Estado na supervisão da sexualidade, da procriação e da vida familiar” (Federici, 2017, p. 170).

A Inquisição, que queimava “bruxas”, coexistiu com essa criminalização de mulheres, por qualquer autonomia que exercessem sobre seus corpos, e a Reforma Protestante fortaleceu o ideário de mulher centrado na capacidade reprodutiva (Federici, 2017). Enfim, durante a acumulação primitiva, na suposta “vida privada”, Igrejas, Estado e Capital reforçaram o patriarcado e a ingerência sobre os corpos das mulheres, como estratégias de controle da reprodução humana e de garantia de uma demografia adequada às requisições do capital.

Enquanto isso, no mercado supostamente autorregulado do capital, empreendia-se a desvalorização do trabalho feminino, confinando-o às atividades reprodutivas do âmbito doméstico. A atividade de trabalho era realizada marcadamente pelos homens, quando na esfera pública, e naturalizada como “feminina”, quando realizada na esfera privada. O gênero passou também a ser um marcador essencial para a valorização dessas atividades, consideradas reprodutivas, quando realizadas por mulheres – sendo estas últimas “não-trabalhadoras” – mas passavam imediatamente a serem consideradas produtivas quando um homem as realizava. Na mesma perspectiva, mesmo quando realizado na esfera pública, o trabalho da mulher era remunerado em valor menor que o masculino e sempre abaixo do valor necessário à subsistência, afinal o casamento é que seria “a verdadeira carreira para uma mulher” (Federici, 2017, p. 184).

Nas américas, mulheres indígenas e negras eram forçadas ao trabalho escravo; na

Europa, as brancas pobres eram forçadas a produzir trabalhadores e cuidar das condições de sua reprodução; as brancas de classes abastadas não eram forçadas ao trabalho fora de casa e podiam contar com trabalhadoras domésticas, mas não ascendiam ao topo da sociedade, lugar destinado ao homem branco dos estratos de maior poder. Aos homens, assim como às mulheres, havia outro marcador que a todos alcançava: a sexualidade. Nesse sentido, impunham-se:

convenções sexuais e sociais que alicerçavam a construção da ideia de lar, família e organização social. Daí a preeminência dada a práticas sexuais heterodoxas: sodomia, incesto, promiscuidade, homossexualismo² [...]. Sabe-se o quanto a tradição cristã demonizou a sexualidade, considerando satânica qualquer prática que, em outros contextos culturais, tinha importante significado ritual (Souza, 2009, p. 260).

A sexualidade, matéria da Inquisição Católica, demarcava os lugares de legitimidade no ordenamento social e a homossexualidade passou a ser punida. Os povos originários eram catequisados e submetidos a “medidas normalizadoras” da Igreja e do Santo Ofício, que somaram esforços no sentido de homogeneizar os corpos, afastando-os do demônio e aproximando-os do Cristo (Souza, 2009), branco e europeu, diga-se de passagem!

Em suma, é na colonização, empreendida pela acumulação primitiva, que encontramos os fundamentos para que a raça, a etnia, o gênero e a sexualidade sejam tomados como determinantes do reconhecimento ou negação do *status* de humanidade, na formação social brasileira. Assim, o uso desses determinantes funda e refunda a humanidade negada a grandes contingentes sociais, que vivenciam a reprodução ininterrupta das condições de desigualdade social, marcadas por deliberadas assimetrias de classe, raça, etnia, gênero e sexualidade.

Em outras palavras, a ontológica diversidade humana é, até hoje, transfigurada em desigualdades hierarquizadas, para atender às demandas de exploração do capital e obstar qualquer perspectiva de emancipação humana, alcançando as minorias, fundadas no processo da acumulação primitiva, e agregando novas opressões, a exemplo das que são empreendidas contra as Pessoas com Deficiência (PCDs).

3.2 A produção capitalista e os fundamentos do capacitismo

Marx (2017) evidencia que o sistema capitalista é baseado na exploração da força de trabalho e, para tanto, é caracterizado pela propriedade privada dos meios de produção, para que os/as trabalhadores/as, expropriados/as dos meios de produção, vendam sua força de trabalho em troca de salários, enquanto os capitalistas apropriam-se da mais-valia: a diferença entre o valor criado pelo trabalho e o valor pago aos/as trabalhadores/as. Deste modo, a produção capitalista está pautada no controle do capital sobre o processo de trabalho, para apropriar-se da mais-valia, como requisito da sua autovalorização, acumulação e expansão.

O capital, portanto, intensifica cada vez mais a exploração da força de trabalho e domina as relações sociais, mantendo os/as trabalhadores/as subalternos/as às suas requisições. Essa condição subalterna se respalda no assalariamento, tendo em vista a necessidade da venda da força de trabalho ao capitalista, para a produção e reprodução da força viva de trabalho (Amboni, 2022). Deste modo, os capitalistas, detentores dos meios de produção,

² Termo em uso corrente por ocasião da publicação da obra em 2009.

também se apropriam de forma privada, da riqueza socialmente produzida.

Para garantir essas relações sociais de exploração, o Estado assume três funções primordiais que, conectadas, possibilitam a dominância do capitalismo, são elas: a criação de condições gerais de produção; a imposição do caráter repressor às classes dominadas e, por fim, a integração das classes dominadas à ideologia do capital, de modo que aceitem e naturalizem sua própria exploração (Mandel, 1982). Neste movimento, o Estado protege a propriedade privada e garante o desenvolvimento do capital e a “ordem”, mantendo a classe trabalhadora economicamente subordinada à exploração, dada sua condição de dependência ao mercado de trabalho e ao mercado interno do capital (compra dos meios de subsistência). Assim, a análise apurada da produção capitalista revela que a exploração econômica e as desigualdades sociais determinam formas de opressão, inclusive, o capacitismo, para favorecer a dominância e a reprodução ampliada do capital.

No capitalismo, a valorização e a busca pela produtividade e eficiência, como garantidoras do lucro, tende a marginalizar aqueles que não se encaixam nos padrões de produção estabelecidos. Assim, as Pessoas com Deficiência (PCDs), muitas vezes vistas como menos produtivas ou como um custo para o sistema, enfrentam discriminação e exclusão, tanto no mercado de trabalho, quanto nas várias esferas das relações sociais. No mercado de trabalho, a busca da produtividade perpetua a ideia de que os indivíduos são valiosos apenas na medida em que podem contribuir economicamente. Ao ignorar ou subestimar as contribuições das PCDs, o capitalismo reforça padrões de normalidade e produtividade que sustentam a cultura do capacitismo.

Conforme Costa (2022), no Brasil, apesar da palavra capacitismo ter se tornado mais conhecida recentemente, ela já vem sendo utilizada desde o ano de 2011. A autora explica que:

[...] o termo capacitismo foi cunhado para designar as diferentes formas de opressão que podem ser sofridas por uma pessoa com deficiência. Assim como existem palavras como xenofobia, racismo, sexismo, para designar opressões sofridas por imigrantes, negros e mulheres, por exemplo, o capacitismo é uma expressão nativa que foi proposta por Anahi Guedes de Mello durante a 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais -LGBT (Brasil, 2011, pag. 114), conforme uma das diretrizes aprovadas na plenária final (Costa, 2022, p.42).

No artigo 4º, parágrafo 1º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPD) (Brasil, 2015), considera-se discriminação em razão da deficiência “toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência”, cabendo destacar que isto inclui qualquer recusa a proceder adaptações razoáveis e a fornecer tecnologias assistivas às PCDs.

Em termos socioculturais, o capacitismo ocorre quando julgamos uma pessoa incapaz em razão da deficiência que ela apresenta; assim, é violência a forma desvalorizante como a sociedade e as instituições enxergam, tratam e se referem àquelas(es) com algum tipo de deficiência. O EPD menciona, também em seu artigo 4º, que “toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades como as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”. Já o seu artigo 88 estabelece a pena de reclusão de um a três anos, e também multa, para quem “praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência”.

Apesar de a terminologia ser nova, o capacitismo tem séculos de existência, sendo

construído historicamente. Antes da Idade Média, as PCDs eram submetidas à eliminação, sendo vistas como subumanas; com o Cristianismo, elas passam a ser consideradas como indivíduos “com alma” e conquistam espaços em instituições, mas de forma segregada. Na Idade moderna, a deficiência passa a ser compreendida como uma doença e, na contemporaneidade, a deficiência mental é encarada como um distúrbio metabólico a ser tratado, surgindo os hospitais psiquiátricos (Pessotti, 1984) e, mais recentemente, a luta antimanicomial, que critica a estigmatização e o isolamento desses sujeitos e requer a preservação de seus vínculos sociais e familiares, e o estímulo às suas potencialidades psicossociais.

De acordo com Ramalho (2019, p.121), graças à luta política de profissionais técnicos, familiares e das próprias PCDs, houve uma “[...] evolução das práticas sociais de exclusão para formas mais dignas de atendimento e tratamento social às pessoas com deficiência”. No entanto, a luta contra as práticas capacitistas deve ser permanente. Neste sentido, o tema da campanha do Conjunto dos Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social (Conjunto CFESS-CRESS), no ano de 2024, por exemplo, é “nossa liberdade é anticapacitista” e busca dialogar com a sociedade sobre o que o Serviço Social pode oferecer em defesa da efetivação dos direitos das PCDs.

Enfim, encontrando seus fundamentos na fase mais longínqua do capital – a acumulação primitiva, com a ofensiva da colonização – e objetivadas pela escravização colonial e pela emergência da exploração e da opressão do capital sobre o trabalho, as diversas práticas violentas abordadas acima se complexificaram, especialmente na formação social brasileira, apresentando-se, contemporânea e cotidianamente, nas opressões do racismo, do machismo, da misoginia, do etnocídio, do capacitismo, da aporofobia etc., as quais compõem e estruturam a particularidade da Questão Social no país. Todas estas violências se intensificam no contexto do neoliberalismo e, especialmente, da sua fase mais contemporânea: a ultraneoliberal.

3.3 O neoliberalismo no Brasil e suas inflexões sobre os/as trabalhadores/as e as minorias sociais

Na década de 1980, no Brasil, as lutas populares culminaram na promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), que sinalizou uma inédita proteção social. No entanto, a partir dos anos 1990, o receituário macroeconômico do neoliberalismo foi empreendido pelo capital, visando ao enfrentamento da crise estrutural, à reestruturação produtiva e à mundialização financeirizada. Assim, os estados nacionais procederam à liberalização, desregulamentação e privatização e contrarreformaram os direitos recém conquistados, para favorecer a liberdade do mercado e a generalização da concorrência.

Os governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso abriram o mercado aos produtos estrangeiros e procederam ao ajuste fiscal, à contenção de gastos sociais, às privatizações, à flexibilização trabalhista e à reforma previdenciária. Houve aumento da inflação e do desemprego e redução dos salários, sendo válido ressaltar que a perda de direitos, o desemprego e as violências alcançam as minorias sociais sempre de forma recrudescida.

A ortodoxia neoliberal aprofundou desigualdades e suscitou resistências no mundo inteiro, precipitando o neoliberalismo para a fase social-liberal, a qual conciliou a ortodoxia neoliberal com o enfrentamento à pobreza extrema. Nesta fase, os governos “neodesenvolvimentistas” de Lula e Dilma mantiveram o receituário ortodoxo, conservando os juros altos e dando continuidade à contrarreforma da Previdência (Silva; Almeida; Andrade, 2018), dentre outras medidas. Por outro lado, mitigaram a miséria e perdas históricas das mino-

rias sociais, criando instâncias e ações específicas de atenção aos segmentos das mulheres e das populações negra, indígena, LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queers, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e Não binários) etc.; além de alcançá-los através da transferência de renda (a exemplo da criação do Bolsa Família e da ampliação do Benefício de Prestação Continuada).

No entanto, em 2008, uma crise econômica se alastrou pelas economias nacionais, causando diversos desdobramentos e transitando o capital para uma nova fase do neoliberalismo: a ultraneoliberal, cujas ofensivas precipitaram o *impeachment* contra Dilma, em 2016, conduzindo os ultraneoliberais Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022) à Presidência da República, implicando em duras perdas para os/as trabalhadores/as. Articuladamente, estes governos congelaram gastos públicos por vinte anos, sucateando a proteção social e promoveram ataques aos direitos sociais e trabalhistas e ao fundo público. As minorias sociais amargaram as piores inflexões dessas perdas.

Com o *slogan* “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” e o populismo do discurso reformista, armamentista e anticorrupção, Bolsonaro foi eleito e assumiu o poder em 2019, aglutinando à pauta ultraneoliberal o ultraconservadorismo, negacionismo, racismo e homofobia, com seu culto à violência e seus ataques às minorias. Em 2020, ano que conciliou “a pandemia e o pandemônio” (Antunes, 2022), a Covid-19 encontrou um Brasil devastado pelo desemprego, pobreza e direitos precarizados. Bolsonaro disseminou *fake news* e atrasou a compra de vacinas, ampliando a crise sanitária e recrudescendo o ultraneoliberalismo com sua “necropolítica”, agravando a pobreza, gerando mortes evitáveis por Covid, recolocando o país no mapa da fome e amplificando a violência, em especial, contra as minorias sociais, que haviam sido seu foco de ataque desde o início da sua campanha eleitoral.

3.4 Ultraneoliberalismo, neoconservadorismo e neofascismo no Governo Bolsonaro e a generalização das violências contra as minorias sociais

O conservadorismo moral, o fundamentalismo cristão e os traços neofascistas de Bolsonaro e seus seguidores promoveram polarizações em questões de política, gênero, raça, sexualidade etc. Em síntese, para Medeiros e Araújo Júnior (2024, p. 3),

o bolsonarismo é um movimento político que comporta uma ideologia neofascista cujos elementos mais marcantes são: o antipetismo/anticomunismo, o militarismo/armamentismo e o culto à violência, o neoliberalismo, o discurso antipolítica e antissistema, o conservadorismo moral, a homofobia, o fundamentalismo cristão, o antifeminismo e a misoginia, o racismo, o anti-indigenismo, o antiambientalismo, o antiglobalismo e o negacionismo científico.

Os discursos de ódio dos bolsonaristas se sobressaíram na forma de racismo, misoginia e LGBTfobia, implicando, por exemplo, no corte do orçamento para proteção das mulheres e no aumento do feminicídio, entre 2018 e 2022, enquanto a violência doméstica aumentou 2,9%; as ameaças 7,2%; o assédio sexual 49,7% e a importunação sexual 37%. Enfim, no que toca às violências contra as mulheres, houve “um crescimento muito significativo e que perpassa todas as modalidades criminais, desde o assédio, até o estupro e o feminicídio” (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p. 04).

O Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos foi gerido sob a ideologia do neoconservadorismo, inclusive, constrangendo mulheres e meninas que tinham direito ao

aborto legal assistido. A então Ministra, Damares Alves, não assinou um documento de aliança global em defesa dos direitos reprodutivos e da educação sexual, sob a alegação de que o governo se propunha a proteger as mulheres, mas, ao ser “pró-vida”, entendia que o “aborto não é solução, aborto não é direito. Direito que resulta em morte? Que direito é esse?” (Damares Alves, em entrevista à Jovem Pan, 2021, grifos nossos).

Assim, o mandato de Bolsonaro foi marcado por discursos machistas, sexistas, lgbtfóbicos. Na pré-eleição, ele afirmou que “teve uma filha após ter tido quatro filhos porque deu ‘uma fraquejada’” (O Globo, 2022), inferiorizando a própria filha, pela condição de seu sexo. Na mesma ocasião, relatando visita a uma comunidade quilombola, ele afirmou que “o afrodescendente mais leve lá, pesava sete arrobas”, utilizando uma medida de peso de animais para referir-se a pessoas negras (Tommaselli, 2020).

É preciso enfatizar que houve resistências e protestos, como o movimento “Ele não”, liderado por mulheres, em 2018, que levou vários segmentos às ruas do país, incluindo a população LGBTQIAPN+, vítima do mesmo conservadorismo e de violências que almejam impor um padrão de relações sociais cisgênero e heteronormativo (Miguel, 2021). Exemplo disso foi uma declaração de Bolsonaro, de que os homossexuais deveriam respeitar os heterossexuais, pois, as minorias teriam que se curvar às majorias, além de várias outras falas homofóbicas, inclusive incentivando a violência contra crianças e adolescentes, ao dizer: “o filho começa a ficar assim, meio gayzinho, leva um couro e muda o comportamento dele” (Esquerda Diário, 2022).

Em meio a esse cenário, no ano de 2021, notificaram-se mortes violentas de 316 pessoas LGBTQIAPN+, sendo 285 assassinatos, 26 suicídios e 5 por outras causas (Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+) e o Brasil lidera o *ranking* mundial dos países que mais matam pessoas LGBTs (GGB, 2022).

Quanto à população negra, o Atlas da Violência (2024) indica que, em 2022, os homicídios de pessoas negras representaram 76,5% do total de homicídios no país, e 83,1% deles se deram em intervenções policiais, comprovando a estimativa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019) de que, no Brasil, a chance de um jovem negro ser assassinado é 2,7 vezes maior do que um jovem branco. Também são os jovens negros do sexo masculino que formam maioria no sistema carcerário (Albuquerque; Carvalho, 2019). Já a população indígena registrou um percentual de 90% das 109 mortes ocorridas por conflitos no campo, em 2021, tendo este número aumentado 1.110% em relação ao ano anterior, devido ao apoio da gestão de Bolsonaro ao garimpo ilegal.

Todo esse incentivo às violências contra as minorias e o recrudescimento de seus indicadores motivaram a proposição do “Brasil em Tela”.

3.5 Projeto “Brasil em Tela”: a extensão através do recurso ao cinema nacional

O projeto de extensão Brasil em Tela, proposto para as cotas 2023-2024 (objeto da presente análise) e 2024-2025 do Programa de Bolsas de Extensão da Universidade Estadual da Paraíba (Probex/UEPB), surgiu como iniciativa de suas coordenadoras, para fazer frente a esse cenário de disseminação de uma cultura de violência às minorias, entendendo que tal cenário revela um país dissociado de seu passado e de seu legado socio-histórico, uma vez que, ora desconhece, ou nega, as determinantes dos principais traços de sua formação social, pautados nas contribuições das populações negra e indígena; ora ignora os determinantes da Questão Social, na particularidade brasileira (Aguiar *et al.*, 2024).

Ignorando os fundamentos socio-históricos da Questão Social e a dívida social do país com as suas minorias (negros, indígenas, quilombolas, mulheres, lgbts, PCDs etc.), a população – e, especialmente, a juventude – torna-se “presa fácil” do estímulo ao ódio e da manipulação política, ideológica, religiosa etc., que têm como propósito a expropriação de seus próprios direitos, destacando-se as *fake news* como ferramentas propícias a essas manipulações.

Filiado à formação em Serviço Social, o projeto “Brasil em Tela” leva em conta que o “Currículo mínimo para o Curso de Serviço Social” (ABEPSS, 1996) propõe a Formação Socio-Histórica Brasileira e a Questão Social na particularidade brasileira, respectivamente, como Núcleo de Fundamentação e Eixo Estruturante da formação profissional, com vistas a uma capacitação teórica, metodológica, ética e política, que propicie uma intervenção profissional na realidade social, comprometida com a emancipação humana, o que presuppõe a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Nesse sentido, o Brasil em Tela entrelaça as atividades do Grupo de Estudo, Pesquisa e Assessoria em Políticas Sociais (GEAPS); do Núcleo de Pesquisas em Política de Saúde e Serviço Social (NUPEPS); do Grupo de Pesquisa e Estudos sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS); do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI); da graduação; da pós-graduação; das comunidades acadêmicas do Serviço Social e da Rede Escolar Estadual em Campina Grande, numa experiência inovadora, que visa proporcionar aos estudantes secundaristas e extensionistas, a oportunidade de, especialmente através de produções cinematográficas consagradas pela crítica (nacional e internacional), se apropriarem de conteúdos socio-históricos sobre a nossa formação socioeconômica, a Questão Social brasileira e as violências contra as minorias sociais.

Além de docentes e discentes de Serviço Social (da graduação e pós-graduação), a equipe do Projeto, composta por vinte e dois sujeitos extensionistas, contou também com discentes da área de Jornalismo e com a parceria de diversos sujeitos, individuais e coletivos, como professores/as de ensino médio, coordenadores/as pedagógicos/as e diretores/as das escolas envolvidas – EEEFM Clementino Procópio e ECIT Raul Córdula - profissionais de apoio técnico da UEPB e das referidas escolas, dirigentes e profissionais de apoio do Cineteatro São José, e artistas locais, como as MCs Kety e Priscilla (alguns destes sujeitos envolvidos, também, na pesquisa participante do Pibic, bem como na elaboração deste artigo).

O Brasil em Tela partiu do pressuposto de que todos os conteúdos supracitados são essenciais para um posicionamento crítico na realidade, com maior capacidade de resistência às manipulações das *fake news* e seus estímulos ao ódio às minorias. Vale destacar que, na educação pública em geral e no Curso de Serviço Social em particular, estamos lidando com sujeitos que têm precário acesso à cultura de massa, inclusive ao cinema, demandando esforços para proporcionar a eles uma formação rica e integral.

Corroborando esse escasso acesso das comunidades discentes secundarista e do Serviço Social ao cinema, em 2016, o Anuário Estatístico do Cinema registrava uma desigualdade regional gritante no acesso às salas de exibição disponíveis no país, uma vez que 70% delas encontram-se nos estados mais ricos das regiões Sul e Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná), enquanto o Nordeste inteiro totaliza 15% das salas de cinema, sendo que os municípios brasileiros com menos de 100 mil habitantes totalizam apenas 7% das salas de cinema (ANCINE, 2016).

Vale destacar então que, na Paraíba, apenas 04 municípios (João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita e Patos) têm mais de 100 mil habitantes. Em todos os municípios brasileiros com menos de 100 mil habitantes o total de consumo de ingressos, em 2016, foi

de 2%. São justamente desses municípios menores que muitos de nossos estudantes de Serviço Social são oriundos e ampla parcela dos estudantes do Ensino Médio público, compondo as classes menos abastadas, também não têm acesso ao Cinema.

Piorando esse cenário, o Anuário de 2020 revela forte impacto da pandemia sobre o acesso ao cinema, com fechamento de centenas de salas no país, queda vertiginosa no lançamento de títulos brasileiros e estrangeiros e, também, do público total das salas, que caiu de 177,7 milhões em 2019, para 39,4 milhões em 2020 (ANCINE, 2020). Já o Anuário de 2021 revela que, apesar de haver uma recuperação no número de salas no país, seu total continuava inferior ao de 2019, havendo um déficit de 6,9% em relação àquele ano; enquanto o Norte e o Nordeste apresentam déficits maiores que o nacional, entre 2019 e 2021 (respectivamente, 13,2% e 9,7%) (ANCINE, 2021), tendo aumentado, portanto, a precariedade do acesso na Região Nordeste. Agravando estes dados, há uma predominância de acesso aos chamados ‘enlatados’ e ‘bobonews’, sem teor crítico. Nas palavras de Netto (2012, p. 419-20):

Essa cultura incorpora as características próprias da mercadoria no tardo-capitalismo: sua obsolescência programada, sua fungibilidade, sua imediaticidade reificante. Embora à sociedade burguesa contemporânea não caiba legitimamente a identificação como uma “sociedade de consumo”, a cultura que nela hoje se afirma é uma cultura de consumo: ela cria a “sensibilidade consumidora” que se abre à devoração indiscriminada e equalizadora de bens materiais e ideais — e, nela, a própria distinção entre realidade e representações é esfumada: promove-se uma semiologização do real, em que os significantes se autonomizam em face dos referentes materiais e, no limite, se entificam. A imediaticidade da vida social planetariamente mercantilizada é proposta como a realidade — e, não por acaso, a distinção epistemológica clássica entre aparência e essência é desqualificada.

Considerando todos os aspectos elencados acima, o Brasil em Tela vem, através da exibição de filmes nacionais com teor social crítico, debatendo a formação social brasileira, junto a estudantes de Ensino Médio da Rede Pública Estadual, e apreendendo, na formação socio-histórica do país, os fundamentos das violências perpetradas contra as minorias sociais.

Além de mobilizar a crítica a essas violências, o Projeto se propõe, também, a ampliar o aporte cultural dos sujeitos envolvidos, promovendo acesso à cinematografia nacional; oportunizar o usufruto de equipamentos socioculturais; incentivar o ingresso no ensino superior e proporcionar a experiência vívida do tripé do ensino, pesquisa e extensão.

Durante a Cota 2023-2024, o Projeto realizou 22 encontros, exibindo e debatendo filmes, curtas-metragens e séries documentais, além de poemas, músicas e apresentações de Slams. Avaliamos que esse recurso lúdico ao cinema, e demais produções artístico-culturais, objetivou-se como método didático e como linguagem apropriados à educação básica e à abordagem, não apenas das sequelas das violências contra as minorias sociais, mas, especialmente, dos seus fundamentos socio-históricos e dos mecanismos de reprodução permanente dessas opressões na realidade brasileira.

Nesse sentido, o Brasil em Tela favoreceu o cumprimento das Leis 13.006/14, 10.639/03, 11.645/08 e 11.340/06 – as quais orientam as escolas de educação básica a exibirem produções cinematográficas nacionais; a ensinarem história e cultura afro-brasileira e indígena e a desenvolverem ações educativas para enfrentamento à violência contra a mulher. O debate de filmes como “Xingu”, “Menino 23” e “Quanto vale ou é por quilo?”, por exemplo,

permitiu discutir as questões racial e indígena e temáticas como: a cultura negra e a indígena; a luta negra e indígena; o negro e o indígena na formação da sociedade nacional; a contribuição do povo negro e indígena nas áreas social, econômica e política etc.

O Brasil em Tela também dialogou com vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), propostos pela ONU (ONU/Brasil, 2015), favorecendo, a nosso ver: uma vida saudável e com bem-estar (ODS 03); uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade (ODS 04); sociedades pacíficas e inclusivas (ODS 16); implementação e revitalização da parceria global para o desenvolvimento sustentável (ODS 17).

No ápice de seus resultados, o Brasil em Tela envolveu um conjunto de dezoito estudantes extensionistas e alcançou um público alvo de 117 secundaristas, de duas escolas estaduais de Ensino Médio, em Campina Grande/PB, superando em 46% a meta proposta ao Probox; publicou duas Comunicações Orais em evento internacional, em 2023, e uma Comunicação Oral e um Pôster em evento local, em 2024; debateu o filme “Que horas ela volta?”, favorecendo a escrita do tema da redação do ENEM/2023, que foi: “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil”, e discutiu o filme “Quanto Vale ou é por quilo?”, que também trouxe contribuições para a elaboração da redação do ENEM/2024, que teve por tema: “Desafios para a valorização da herança africana no Brasil”.

Por fim, evidenciando o êxito do Projeto, em rápida pesquisa nas primeiras listagens do SISU/2024, identificou-se que, no mínimo um terço (1/3) dos participantes do Projeto que cursavam o 3º ano do Ensino Médio foi efetivamente aprovado no ENEM e ingressou nas universidades públicas locais, nas primeiras chamadas.

Finalmente, o Brasil em Tela e seu recurso ao cinema respondeu à função social da universidade, ao estabelecer diálogo entre a educação superior e a básica e entre o ensino, a pesquisa e a extensão, fundamentando o processo de ensino-aprendizagem e fortalecendo a produção e socialização de conhecimento, como elementos intrínsecos à atividade extensionista.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa participante, realizada por membros/as da equipe do Brasil em Tela, ao ancorar-se na pesquisa bibliográfica sobre a formação social brasileira e os fundamentos das violências contra as minorias sociais; nas observações realizadas *in loco*; na análise de indicadores de violência emitidos por agências oficiais e na análise dos documentos produzidos pela experiência do Brasil em Tela, como registros em diários de campo, projetos, relatórios, acervo fotográfico etc., propiciou aos seus integrantes o exercício vívido do tripé do ensino, pesquisa e extensão.

Ao tempo em que os conteúdos trabalhados nos grupos de pesquisa e nas salas de aula, para a formação profissional de assistentes sociais, historiadores e jornalistas, orientaram a proposição do Brasil em Tela, a ação extensionista, efetivamente inserida na realidade social, tanto expõe a materialidade daqueles conteúdos, quanto apreende e informa à Academia as novas complexificações e demandas atreladas ao tema da violência contra as minorias sociais.

Assim, a equipe extensionista do Brasil em Tela aprofundou-se teoricamente nos temas correlatos às violências e ganhou uma percepção mais apurada, por exemplo, do quanto o pensamento neoconservador se impregnou no imaginário e no comportamento da juventude e nos desafia ao seu enfrentamento, requerendo a abordagem de novos

fenômenos, como *fake news*, política do ódio, manipulação digital etc. Podemos afirmar que, orientada pelo ensino e pela pesquisa, a extensão não recai no voluntarismo ingênuo e, na outra face dessa moeda, a pesquisa e o ensino, quando interconectados à extensão, capturam na realidade social novas demandas de aprendizagem e aprofundamento teórico.

É nesse sentido que o estudo realizado e ora sintetizado tanto evidenciou a procedência do recurso ao cinema como ferramenta didático-pedagógica favorável à reflexão e atuação crítica contra as violências às minorias sociais, quanto fortaleceu a necessária indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

AGRADECIMENTOS

O presente artigo foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)/Brasil, através do PIBIC/CNPq-UEPB 2023-2024 e 2024-2025, pelo qual agradecemos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, G. *et al.* **O RECURSO AO CINEMA COMO FERRAMENTA DA ATIVIDADE EXTENSIONISTA: análise da experiência do Projeto “Brasil em Tela”**. Relatório Final de Pesquisa Pibic. Campina Grande, UEPB/PB: as autoras, 2024.

ALBUQUERQUE, C. S.; CARVALHO, T. **Conexões entre questão racial e questão social na formação social brasileira**. In: MEDEIROS, E.; NOGUEIRA, L.; BEZERRA, L. Formação social e Serviço Social: a realidade brasileira em debate. São Paulo: Outras Expressões, 2019.

AMBONI, V. Anuário Estatístico do Cinema 2016. Disponível em: https://www.gov.br/ancine/pt-br/oaca/publicacoes/arquivos.pdf/anoario_2016.pdf. Acesso em 23. nov. 2018.

AMBONI, V. Subsunção Formal do Trabalho ao Capital. RTPS – **Rev. Trabalho, Política e Sociedade**, Vol. 7, nº 12, p. 01-18, 2022.

ANCINE/OCA/SRG. Anuário Estatístico do Cinema 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/ancine/pt-br/oaca/cinema/arquivos-pdf/anoario-2020.pdf>. Acesso em: 29. jan. 2020

ANTUNES, R. **Capitalismo pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (coord.). **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>. Acesso em: 21 set. 2024.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta. 2020.

CFESS. Discriminação contra a pessoa com deficiência. **Série Assistentes Sociais no combate ao preconceito. Caderno 07**. Brasília: CFESS, 2019.

COSTA, G. M. C. da. **O Assistente Social no atendimento à Pessoa com Deficiência: uma análise das demandas e respostas profissionais nos serviços socioassistenciais do município de Juiz de Fora**. 222 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2022.

ESQUERDA DIÁRIO. **12 vezes que Bolsonaro mostrou que é inimigo declarado das LGBTQIAP+**. 29 out. 2022. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/12-vezes-que-Bolsonaro-mostrou-que-e-inimigo-declarado-das-LGBTQIAP>. Acesso em 19 set, 2024.

FEDERICI, S. **O Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Trad: Coletivo Sycorax.

São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **A violência contra pessoas negras no Brasil**. São Paulo: FBSP, 2019. Infográfico.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. – São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/08/anuario-2023-texto-07-o-crescimento-de-todas-as-formas-de-violencia-contra-a-mulher-em-2022.pdf>. Acesso em: 18 set. 2024.

FREITAS, A. de; COUTINHO, K. D. **Cinema e educação**: o que pode o cinema?. Educação e Filosofia, v. 27, n. 54, p. 477-501, 2013.

JOVEM PAN. **'Aborto não é proteção para mulher, é violência contra a mulher', diz Damares Alves**. São Paulo, 31 mai. 2021. Disponível em: <https://jovempan.com.br/programas/direto-ao-ponto/aborto-nao-e-protecao-para-mulher-e-violencia-contra-a-mulher-diz-damares-alves.html>. Acesso em: 18 set. 2024.

MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K. **O Capital**: crítica da Economia Política. V. 1. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. v. I. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MEDEIROS, H. G. D.; ARAÚJO JÚNIOR, J. L. A. C. Os reflexos do bolsonarismo sobre políticas de saúde da mulher e os direitos sexuais e reprodutivos. **Rev. Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 22, 2024.

MIGUEL, L. F. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 62, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/CsFcz5vm5bLShxPN-3LHDYkk>. Acesso em: 21 set. 2024.

MOURA, C. **Dialética Radical do Brasil Negro**, 2a ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.

NETTO, J. P. Uma face contemporânea da barbárie. In: ENCONTRO INTERNACIONAL “CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE” SERPA, 3., Marília, 2010. Anais [...]. Marília: Unesp, 30-31 out. 1 nov. 2010. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/3436/2657>. Acesso em 01 fev. 2023.

O GLOBO. **Relembre declarações com ofensas às mulheres feitas pelo presidente e a família Bolsonaro**, 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/relembre-declaracoes-com-ofensas-as-mulheres-feitas-pelo-presidente-a-familia-bolsonaro-25423642>. Acesso em: 18 set. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU BRASIL). Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em 01 fev. 2023.

PACHECO, J. K. **Imagens juvenis no cinema brasileiro contemporâneo**: Antropologia da Comunicação de Massa. Paraíba: Editora UFPB, 2016.

PESSOTTI, I. **Deficiência mental**: da superstição à ciência. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

RAMALHO, M. N. O Programa de Tutoria Especial da UEPB: uma avaliação das suas contribuições para a inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior. 1ª. ed. Curitiba: Appris, 2019.

SOUZA, L. M. e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das letras (2009)

TOMMASELLI, G. C. G. Necropolítica, Racismo e Governo Bolsonaro. In: Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, **Dossiê “Conjuntura no Brasil**: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 179-199, mês dez, 2020.